

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka n° 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



SL751/SL752
Balde para limpeza
com rodas, e pedal.



LR451/452
Armário para
drogas (veneno).



LR453
Armário para
drogas perigosas.



SL750
Carrinho para transporte
de roupa suja.

25 *Agosto*
2014

Segunda-Feira

ANO IV - Edição n.º 867

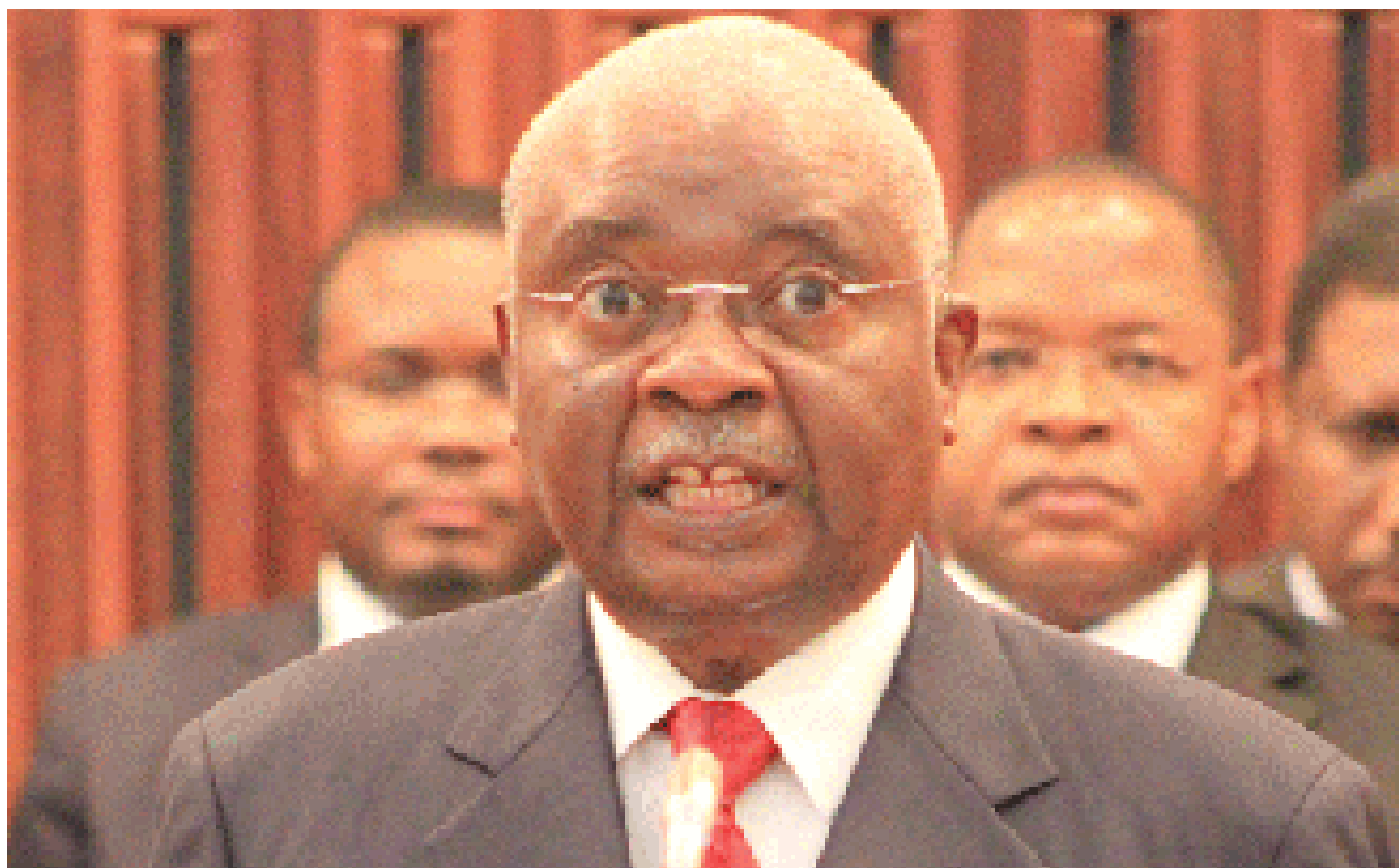
H **ORIZONTE**
25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO



**Em Moçambique há lugar
para todos que pretendem
participar no processo de
superação**

Em Moçambique há lugar para todos que pretendem participar no processo de superação

- “A unidade nacional, concebida pelo Presidente Eduardo Chivambo Mondlane, assumiu sempre um papel estratégico no nosso dever e afirmação como um Povo e como uma Nação. Na verdade, sem a unidade nacional, não existimos como um Povo e sem o Povo moçambicano que somos, não há Nação moçambicana”.
- Armando Guebuza.

MAPUTO - O Presidente da República, Armando Guebuza, disse na Assembleia da República que voltou a demonstrar o seu compromisso com a Paz ao conferir mandato à delegação do Governo para rubricar com a Renamo acordo visando a cessão das hostilidades. O Chefe do Estado moçambicano, apresentava no Parlamento o seu último informe anual sobre a situação geral da nação.

“É nossa expectativa que este passo possa ser sem mais delongas abrir espaço para a participação plena da Renamo e do seu presidente no processo político eleitoral em curso e no geral, em toda a vida económica, política, social que os moçambicanos constroem no quotidiano. Este é mais um sinal inequívoco que damos sobre o nosso compromisso para com o aprofundamento da Paz e da reconciliação nacional. Em Moçambique, há lugar para todos os filhos que desejam participar no processo de superação individual e colectiva”, disse Armando Guebuza. Na apresentação do seu informe, o Presidente da República, sublinhou que a riqueza nacional deve servir para reforçar a unidade entre o Povo moçambicano.

“A unidade nacional, concebida pelo Presidente Eduardo Chivambo Mondlane, assumiu sempre um papel estratégico no nosso dever e afirmação como um Povo e como uma Nação. Na verdade, sem a unidade nacional, não existimos como um Povo e sem o Povo moçambicano que somos, não há Nação moçambicana”, realçou. Neste informe, o Chefe do Estado moçambicano disse que o País está a crescer e sublinhou que esse crescimento deve-se ao esforço e dedicação de cada um dos moçambicanos.

“Cahora Bassa é nossa. Isto elevou ainda mais o nosso orgulho de sermos moçambicanos livres e independentes. Não foram poucas as vezes que ouvimos dos nossos compatriotas exclamar que a sua aldeia é já equiparável à cidade mais próxima porque também está iluminada pela energia eléctrica da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e



se tornou num importante factor de consolidação da unidade nacional”, Presidente da República, Armando Guebuza.

Reagindo ao informe anual do Chefe do Estado moçambicano, o porta-voz da bancada parlamentar da Frelimo, Edmundo Galiza Matos Junior, disse que Armando Emílio Guebuza, traçou uma radiografia clara do desenvolvimento do País.

“Primeira leitura é que os números revelam a grandeza de todo o trabalho que foi

desenvolvido por este Governo. Eu queria aqui destacar não apenas o próprio Presidente da República que tem todo o mérito, igualmente os governadores provinciais, os administradores distritais, os ministros e respectivos vices, mas todos os cerca de trezentos mil funcionários públicos. Mas o maior destaque, vai para os moçambicanos. Todos e cada um dos mais de vinte e dois milhões de moçambicanos tiveram um papel fundamental nestes dez anos da governação de Armando Guebuza”, disse Edmundo Galiza Matos Junior.

No entender do porta-voz da bancada parlamentar da Renamo, Arnaldo Chalaua, o informe do Presidente da República, não foi abrangente.

“A justiça social cada vez distante dos moçambicanos. A questão também não menos importante, é de crianças que nascem com baixo peso, mortalidade materno-infantil, a questão da criminalidade versus aquilo que de alguma forma preocupou os moçambicanos e que gostavam de ver ultrapassado”, disse Arnaldo Chalaua.

O deputado Ndjindji, da bancada parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), disse que o informe do Chefe do Estado, apresentou ass-

pecto sobre as realizações do seu mandato. “Bem esta foi uma informação que detalhou realmente aquilo que o Presidente e a sua equipa foi fazendo nos dez anos da sua governação e não houve nada de novo, não houve uma novidade”, deputado Ndjindji, deputado do MDM, reagindo ao informe anual sobre o Estado geral da nação sexta-feira apresentada pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

CTA pretende remoção da inspecção pré-embarque

MAPUTO - Moçambique é o único País da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e um dos poucos no mundo, onde ainda se faz a inspecção pré-embarque aos bens e produtos importados, embora esta prática tenha sido abolida pela Organização Mundial do Comércio e as Alfândegas, organismos de que o País é membro.



embarque está refém da aprovação de uma lei nesse sentido, por parte da Assembleia da República.

“A inspecção pré-embarque está prevista no ordenamento jurídico moçambicano. E nós, Alfândegas de Moçambique, garantimos a aplicação e cumprimento desta lei em particular. Ou seja, apesar de a Organização Mundial do Comércio e das Alfândegas terem abandonado esta prática, o que prevalece são as nossas normas”, esclareceu. Segundo a Organização Mundial do Comércio, a inspecção pré-embarque é todo o processo relacionado com a verificação da qualidade, quantidade, preço, taxa cambial da moeda e classificação aduaneira dos produtos ou bens a serem exportados para o território do país membro, neste caso Moçambique. Em Moçambique, a mesma foi introduzida em 1998, com o objectivo de ajudar a reduzir o risco de importação de produtos abaixo do padrão, isto é, sem qualidade.



“O Governo de Moçambique está ciente disso e já assinou acordos firmados e aceites nesse processo. O que o Governo faz é proteger algumas importações. Só para se ter uma ideia, temos cerca de 5500 posições pautais, mas neste momento só estão ao abrigo da inspecção pré-embarque 149, que são as protegidas”, explicou.

Entretanto, o director de Normação de Procedimentos Aduaneiros das Alfândegas, Osvaldo Correia, embora não se tenha referido ao posicionamento daquela entidade em relação a este assunto, disse que a abolição da inspecção pré-



Para além de representar um encargo para o Estado, a inspecção pré-embarque constitui um embaraço para os importadores, devido ao tempo que é despendido na tramitação dos documentos inerentes aos produtos ou bens em causa.

É nesta ordem de ideias que a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), considera urgente a remoção deste tipo de inspecção no País por constituir uma barreira não tarifária no processo da facilitação do comércio. Segundo Kekobad Patel, presidente do Pelouro da Política Fiscal, Aduaneira e Comércio Internacional na CTA, o Governo já foi abordado neste sentido, sendo que o que se pretende agora é saber quando e como este processo vai ser feito. Kekobad Patel, que falava à margem do lançamento de um Estudo sobre a Inspeção Pré-Embarque, realizado recentemente, na cidade de Maputo, referiu que a manutenção da inspecção pré-embarque no País é uma clara violação às regras internacionais, definidas por organismos de que Moçambique faz parte.



POR OCASIÃO DOS 120 ANOS EM MOÇAMBIQUE

Chefe do Estado enaltece Standard Bank

MAPUTO - O Presidente da República, Armando Guebuza, enalteceu o contributo que o Standard Bank tem prestado para o crescimento e estabilidade da economia moçambicana, em particular o mercado financeiro, e o desenvolvimento socioeconómico do País, desde a sua implantação em Moçambique, em 1894, portanto há já 120 anos.

Segundo o Chefe de Estado, que falava no jantar de gala alusivo aos 120 anos de implantação do Standard Bank em Moçambique, realizado na última quinta-feira, em Maputo, os produtos inovadores, os preços competitivos e a diversificação dos clientes e sectores de actividade fazem do Standard Bank um dos pilares da estabilidade macroeconómica do País, um dos factores responsáveis pelos grandes investimentos que se tem assistido nos últimos anos.

"Nestes 120 anos de actividade em Moçambique, o Standard Bank tem pautado pela cultura de rigor e profissionalismo, valores que têm servido de pilares para a sua firmeza e crescimento dos seus níveis de competitividade e de afirmação no nosso mercado financeiro, contribuindo, deste modo, para a sua estabilidade e confiança pelos investidores", disse.

Esta estabilidade, de acordo com o Presidente da República, pode ser testemunhada pela entrada de mais instituições financeiras e expansão da rede bancária pelo País. "Em 2005, tín-



hamos 13 bancos registados no País, e agora temos 18. O número de agências bancárias aumentou de 228, em 2006, para 531".

Por outro lado, Armando Guebuza, reconheceu a importância que esta instituição financeira atribui a diversas áreas de carácter social, tais como o desporto, saúde e cultura.

Por seu turno, o presidente do Conselho de Administração do Standard Bank, Tomaz Salomão, referiu que o percurso do banco durante os 120 anos de existência em Moçambique foi caracterizado por acções em prol do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

Tais acções, como explicou, foram feitas através de financiamentos à economia, às empresas e às famílias moçambicanas, bem como através de projectos de âmbito social em benefício de todos os extractos sociais.

"Celebrar os 120 anos deve significar ser rel-



evante para cada moçambicano, através do financiamento de projectos de infraestruturas de energia e hidrocarbonetos, ferro-portuárias, rodoviárias, aeroportuárias, hospitalares e escolares e em todas as outras cuja viabilidade se mostre fundamental para catalisar a geração de emprego. É também estar na promoção da cultura, da cidadania e do desporto, em particular o futebol", enfatizou.

Tomaz Salomão explicou ainda que o Standard Bank atingiu estes anos, porque sempre soube adequar-se aos contextos e mudanças que foram ocorrendo na história do País assim "como às transformações profundas na forma de estar e fazer negócio, desde que isso nos desse a garantia de que estaríamos próximos dos nossos clientes, que são a razão da nossa existência".

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO JUDICIAL DOS TRIBUNAIS

Vilankulo acolhe Reunião Ordinária do Conselho Judicial dos TA, Fiscais e Aduaneiros

MAPUTO - A Jurisdição Administrativa, de que são parte os Tribunais Administrativos, Fiscais e Aduaneiros, tem agendado, para os dias 27, 28 e 29 de Agosto corrente, a reunião ordinária do Conselho Judicial dos Tribunais Administrativos, Fiscais e Aduaneiros, a realizar-se no Hotel Baia Mar, Distrito de Vilanculos, Província de Inhambane.

Esta reunião ocorre uma vez por ano e visa, entre outros aspectos, estabelecer os princípios orientadores do desenvolvimento da actividade jurisdicional, apreciar e aprovar os planos e programas de actividades dos tribunais.

O evento que será presidido pelo Prof. Doutor Machatine Paulo Marrengane Munguambe, na qualidade de Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa, contará com a presença dos Juizes Conselheiros Presidentes das Secções do Tribunal

Administrativo, dos Secretários-Gerais do Tribunal Administrativo e do Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa, dos Juizes Presidentes dos Tribunais Administrativos, Fiscais e Aduaneiros e de outros quadros seniores do Tribunal Administrativo.

PELA PRIMEIRA VEZ

Banco de Moçambique participa na FACIM

MAPUTO - O Banco de Moçambique participa como expositor pela primeira vez, na da Feira Agro Comercial e Industrial de Moçambique (FACIM), coincidindo com um momento importante que é o da celebração da sua 50ª Edição. Neste evento o Banco de Moçambique, no

quadro das suas atribuições como Banco Central vai divulgar informações sobre o papel que vem desempenhando no quadro de regulador da Política Monetária e Cambial, de supervisor das instituições financeiras e de apoio ao Governo na consecução da Estratégia de desenvolvi-

mento do Sector Financeiro e na implementação de medidas que promovem uma maior inclusão financeira. Para a promoção da referida estratégia um papel especial é reservado à Educação Financeira, daí a justificação da presença do Banco na FACIM no presente ano.

BCI providencia melhor financiamento aos empreiteiros

MAPUTO - O BCI e a Federação Moçambicana de Empreiteiros (FME) celebram, nesta segunda-feira, dia 25 de Agosto, em Maputo, um Protocolo Financeiro e de Cooperação que formaliza a disponibilização, pelo Banco Comercial e de Investimentos (BCI), de con-

dições especiais de financiamento e garantias bancárias aos empreiteiros moçambicanos. A assinatura terá lugar durante a III Gala Anual de Construção 2014, que hoje decorre sob o lema "Habitação Social, Oportunidade de Negócio". Os documentos serão rubricados pelo presidente da Comissão Executiva do BCI, Paulo Sousa, e pelo presidente do Conselho de Direcção da FME, Agostinho Vuma, estando prevista a presença do Primeiro-ministro, Alberto Vaquina, do Ministro das Obras Públicas e Habitação, Cadmiel Muthemba, do presidente do Conselho Municipal de Maputo, David Simango, entre muitas outras personalidades e convidados do sector imobiliário e da construção.

O Protocolo Financeiro de Cooperação entre o BCI e FME proporcionará aos empreiteiros filiados nesta Federação o acesso ao financiamento em condições especiais, através de garantias bancárias e financiamento para a mobilização de obras e adiantamento de receitas. O BCI passa, igualmente, a conceder aos membros da FME condições especiais de financiamento para projectos de promoção imobiliária e aos respectivos clientes finais.



O BCI e a FME têm vindo a desenvolver ao longo dos anos uma estreita relação de parceria e cooperação de que é também exemplo a Feira Tectónica Moçambique, co-organizada pela FME, e que nas suas 3 edições teve sempre o BCI como alto-patrocinador e expositor.



MOÇAMBIQUE

Importação de arroz vai reduzir para 20 por cento em 2020

MAPUTO - Moçambique espera reduzir para 20 por cento, até ao ano 2020, as necessidades de importação do arroz, actualmente estimadas em 350 mil toneladas por ano e cujo custo de aquisição consome cerca de 140 milhões de dólares americanos. Para o efeito, está em curso um vasto pacote de medidas visando garantir a sustentabilidade do ciclo da cadeia de valor do arroz, desde a área de produção até a sua colocação no destino final que é o mercado, isto até 2020 no final do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA).



A determinação foi sexta-feira expressa, em Maputo, por Mahomed Valá, director nacional dos Serviços Agrários, a margem de uma reunião conjunta do Comité de Coordenação (Direcção Nacional de Extensão Agrária e Direcção Nacional de Serviços Agrários) dos Projectos de Melhoramento da Produtividade do Arroz no Regadio de Chókwè, Gaza, e no Regadio da Maganja da Costa, província central da Zambézia.

No encontro de um dia, os participantes, que incluem os países financiadores, nomeadamente o Japão e o Vietname, pretendem discutir as realizações, impacto e sustentabilidade de ambos os projectos, em implementação desde 2011, e que se encontram na sua fase final.

Valá afirmou que o actual sistema de cultivo e produção do arroz permanece a nível de subsistência familiar, com baixo uso de factores de

produção e, por conseguinte, a produtividade em níveis ainda muito baixos.

A baixa produtividade do arroz no país está, segundo a fonte, associada a vários factores com particular realce ao fraco acesso aos insumos; o uso de técnicas rudimentares; conhecimento limitado; ineficiência na gestão da água e rega aliada a obsolescência das infra-estruturas, só para citar alguns exemplos.

O país possui uma área com potencial para a produção do arroz estimada em cerca de 900 mil hectares, dos quais apenas pouco mais de 230 mil são explorados, situação que, segundo Valá, possibilitará aumentar a produtividade com base na intensificação da produção, através do uso de tecnologias apropriadas, uso de insumos melhorados e melhoria nas operações de colheita e pós colheita.

O director apontou, a título de exemplo, que

os esforços permitiram que alguns pequenos produtores moçambicanos aumentassem os rendimentos, ao sair de 800 a 1.000 quilogramas para cerca de quatro toneladas por hectare, fruto do Programa Intensivo de Transferência de Tecnologia, cuja base é a aprendizagem para melhorar qualitativamente a vida.

Não obstante os progressos até então consumados os desafios, segundo Valá, são ainda muito grandes devido aos enormes volumes do arroz que o país continua a importar. Todavia, os esforços coordenados em curso permitirão não só reduzir os níveis de importação, bem como equilibrar a balança.

“Nos próximos dois anos, o país vai processar 180 a 200 mil toneladas de arroz só no Chókwè em Gaza, e no Baixo Limpopo com vários intervenientes”, disse Valá, apontando que estas e outras realizações ajudarão a reduzir, nos próximos anos, para cerca de 20 por cento das necessidades do arroz no país.

O Projecto de Melhoramento da Produção do Arroz no Regadio do Chókwè- Gaza, visa melhorar a produtividade do arroz tendo, para o efeito, desenvolvido e promovido um pacote de cultivo de arroz em duas metodologias.

A primeira consiste no transplante, principalmente nas áreas de menor dimensão (menos de um hectare), e a segunda na sementeira directa nas áreas de maior dimensão (mais de um hectare) utilizando a semeadora manual desenvolvida no âmbito do projecto que contou com a cooperação bilateral de Moçambique e Japão.

Outro, denominado Projecto para Melhoria das Técnicas para o Aumento da Produtividade da Cultura de Arroz no Regadio de Intabo - Zambézia, desenvolveu e disseminou um pacote de técnicas melhoradas para cultura de arroz irrigado e capacitou a associação de regantes nas operações/ manutenção das instalações do regadio.

Este último projecto contou com a cooperação trilateral de Moçambique, Japão e Vietname.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



Governo aprova regulamento que penaliza financiamento ao terrorismo

MAPUTO - O Conselho de Ministros aprovou o regulamento, incorporado na Lei de Branqueamento de Capitais, que penaliza os indivíduos ou entidades que financiam actividades terroristas em Moçambique.

Alberto Nkutumula, vice-ministro da Justiça e porta-voz do Governo, em declarações à imprensa, semana passada, disse que a lei de branqueamento de capitais estabelece medidas de prevenção e repressão também do crime organizado, no geral.

Segundo Nkutumula, citado pelo jornal Notícias, com a revisão da lei passou a constar no regime jurídico de branqueamento de capitais a questão de penalização do financiamento ao terrorismo.

“Com a aprovação da nova lei, o decreto da lei anterior tornou-se desajustado, porque não regula esta matéria da prevenção e combate ao financiamento do terrorismo, daí que houve a necessidade de alterar o decreto que aprova o regulamento da Lei n.º 7/2002, tendo sido aprovado o regulamento da Lei n.º 14/2013, que é o novo regime jurídico da Lei de Branqueamento de Capitais”, explicou Nkutumula.

Segundo o porta-voz, as grandes mudanças do novo decreto estão relacionadas com a questão dos depósitos monetários, onde deve constar a

identificação dos depositantes.

“Numa situação, por exemplo, em que haja alguém que queira depositar um certo valor que está acima do valor que é permitido em condições normais (500 mil meticais), a pessoa deve justificar a proveniência do dinheiro”, explicou.

Nkutumula apontou, a título elucidativo, que, no caso de alguém que vende uma casa a um preço de dois milhões de meticais, para depositar este valor tem que comprovar que, de facto, aquele dinheiro provém da venda da sua casa e, por outro lado, é preciso que haja comprovativo que aquele valor usado para a compra da casa tem proveniência lícita.

“É preciso, também, que haja identificação da pessoa que vai depositar o valor. Se for uma empresa, igualmente, devem se identificar as pessoas que respondem por ela e, em certos casos, deve-se apresentar a identidade dos próprios sócios da firma, sobretudo quando estes tenham uma participação igual ou superior a 20 por cento do capital social”, explicou o

Alberto Nkutumula.

O porta-voz do Governo apontou que existe um conjunto de operações financeiras que são consideradas suspeitas, razão pela qual os bancos devem comunicar aos seus funcionários sobre este tipo de operações para que quando elas ocorrem se desencadeie um processo de investigação a fim de aferir se de facto aquela operação é lícita ou não.

Assim, o Executivo estabeleceu um prazo de três meses para os bancos ou outras instituições financeiras, bem como as outras entidades abrangidas por esta norma, se adequarem do ponto de vista orgânico e funcional, de modo que, efectivamente, se cumpra com aquilo que são as regras estabelecidas para a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

No mesmo dia, Conselho de Ministros aprovou o decreto que aprova o regulamento de trabalho desportivo, resolução que ratifica o protocolo sobre o comércio de serviços das Comunidades para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) assinado em Maputo em Agosto de 2012.

Foi ainda aprovado o programa-quadro nacional da cooperação técnica entre a República de Moçambique e Agência Internacional de Energia Atómica que estabelece as prioridades que irão nortear a cooperação técnica com a Agência Internacional de Energia Atómica.

ÁFRICA DO SUL

Candidato da Frelimo convive com mineiros

O candidato presidencial da Frelimo às eleições de 15 de Outubro, Filipe Nyusi, manifestou quinta-feira em Marikana, em Rustenberg, na África do Sul, a sua profunda solidariedade com os mineiros moçambicanos que ali trabalham e deu-lhes garantias de que a sua agenda de governação contempla a diáspora.

Filipe Nyusi transmitiu aos mineiros moçambicanos o seu desejo de união e coesão entre os moçambicanos, a necessidade de manutenção e consolidação da paz e da cultura de trabalho para o desenvolvimento do País.

É a terceira vez em menos de um mês que o candidato presidencial da Frelimo escala a África do Sul. Interpelado pelos jornalistas a este propósito, Filipe Nyusi desvalorizou o facto, afirmando que a sua agenda é abrangente e que esteve na terra do rand para falar com as autoridades político-governamentais locais, com parte da comunidade moçambicana residente e agora com os mineiros, mas com a mensagem de união e coesão.

O aspirante à “Ponta Vermelha” venceu na sua comunicação com os mineiros que a sua

agenda de governação centrar-se-á fundamentalmente na resolução dos problemas do povo e que os moçambicanos na diáspora também integram a sua lista de prioridades.

Em Marikana trabalham e residem muitos moçambicanos, a maior parte dos quais integrados em companhias mineiras. Num passado não muito distante, alguns compatriotas foram vítimas de xenofobia, o que resultou no abandono dos seus postos de trabalho e nalguns casos de mortes. Apesar do facto, Nyusi encorajou a comunidade ali residente a intensificar as suas actividades tendo em conta que assim contribuem para o crescimento económico da África do Sul, de Moçambique e até para a melhoria da qualidade das suas vidas.

Referiu ainda que pretende dirigir um país que goza de paz e que os ataques armados e à catana devem cessar no país porque em nada contribuem para o seu crescimento.

Nyusi prometeu voltar, depois de 15 de Outubro, data da realização das eleições, para agradecer o voto que for depositado nele, que lhe catapultará para o cargo de mais alto magistrado da

nação.

A deslocação de Filipe Nyusi a Marikana foi igualmente pretexto para um intercâmbio com a comunidade sul-africana. Artistas como Marlene, Bang, Ziqo, Danny OG, Mr. Bow, do lado moçambicano, e General Muzica, da África do Sul, animaram o momento com alguns números dos respectivos reportórios musicais, vincando os laços de amizade e cooperação existentes entre os dois países.

Mais tarde, o candidato presidencial da Frelimo participou num jantar de angariação de fundos que lhe foi oferecido por empresários sul-africanos, o qual contou com a presença do presidente sul-africano e presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Jacob Zuma.

Falando na ocasião, Filipe Nyusi manifestou o desejo de se for inquilino da “Ponta Vermelha” reforçar os laços de amizade e cooperação existentes entre os dois partidos, nomeadamente Frelimo e ANC, e os dois povos, os quais datam desde os tempos da luta armada de libertação nacional em Moçambique e luta contra o regime minoritário sul-africano, na África do Sul.

Governo concessiona construção de barragens em Tete

MAPUTO - Pouco mais de 600 milhões de dólares americanos é o montante que será investido na construção das barragens de Boroma e Lupata ao longo da Bacia Hidrográfica do Zambeze, na província central de Tete.

Para o efeito, o governo moçambicano e as empresas Hidroeléctrica de Boroma, cuja estrutura accionista inclui a Rutland Holdings das Maurícias, enquanto a Hidroeléctrica de Lupata com a (Hydroparts Holdings), assinaram sexta-feira em Maputo um contrato de concessão com vista a construir as duas barragens.

A construção da barragem de Boroma, avaliada em 572 milhões de dólares norte-americanos, terá capacidade de gerar 612 megawatts, enquanto a de Lupata avaliada em 1.072 milhões a sua capacidade de produção de energia está calculada em 210 megawatts. O projecto de construção de ambas as barra-

gens vai, em princípio, durar cinco anos com o seu arranque previsto para 2015.

Discursando momentos após rubricar o contrato de concessão, o ministro da Energia, Salvador Namburete, disse que o acto constitui um marco assinalável no processo de exploração do potencial de geração de energia e do desenvolvimento do sector energético no País.

"Este acto enquadra-se nas políticas e estratégias do sector da energia que preconiza a promoção e o desenvolvimento do vasto potencial energético do país, com vista a atender às necessidades de desenvolvimento e é a materialização dos objectivos claramente definidos pelo governo", disse o ministro.

A concessão, segundo Namburete, permitirá o país dispor de um importante instrumento para prosseguir com todas as acções visando implementar efectivamente os projectos em apreço, incluindo os contratos de compra e venda de energia, de financiamento e de contratação de empreiteiros.

Apesar disso, o titular da pasta da energia disse que há um longo caminho a percorrer até que o primeiro quilowatt de ambas as barragens seja posto à disposição país, mas a determinação demonstrada pelas partes intervenientes renova a confiança e certeza de que o sonho se tornará realidade.

Para o efeito, Namburete afirmou que os contratos de concessão celebrados estabelecem de forma clara as obrigações do governo e do concessionário.

O governo de Moçambique na qualidade de concedente, tudo fará para cumprir com as suas obrigações plasmadas nos contratos de concessão aqui celebrados, incluindo o apoio aos concessionários nas negociações dos contratos de compra e venda de energia.

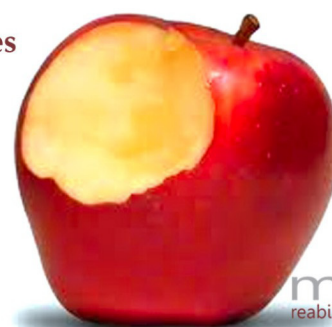


Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!

Av. Francisco O. Magumbwé, Nº 457-Maputo Tel/Fax: 21-493-382 Cel: 82-082-7438 84-560-3988 Email: clinicamais@tdm.co.mz



mais
reabilitação oral

...é mais saúde.



45 IMAGENS DE MOÇAMBIQUE NAS GARAFAS DE 1,5L e 50cL

SEGUNDO O SP DO MDN

Não há diminuição de efectivos no centro de País

MAPUTO - As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e o corpo de adidos de Defesa acreditados em Moçambique abordaram semana passada, em Maputo, na sua VII Reunião Anual, várias questões inerentes ao sector da Defesa e Segurança no País, na SADC e no Continente Africano.

No encontro, que contou com a presença dos adidos militares de Angola, Argentina, Canadá, Egito, Namíbia e Rússia, o Secretário Permanente (SP) do Ministério da Defesa Nacional (MDN), Teófilo João, clarificou que neste momento não existe nenhuma movimentação no sentido de diminuição dos efectivos das Forças de Defesa e Segurança estacionadas no centro do País, palco de hostilidades entre os homens armados da Renamo e as forças governamentais.

Teófilo João respondia assim a uma questão colocada por um dos participantes, argumentando que tal acção possivelmente poderá acontecer após a assinatura pelo Governo e pela Renamo da cessação das hostilidades, facto que até agora ainda não aconteceu.

O Secretário Permanente do MDN, que dirigiu a reunião em substituição do ministro da Defesa Nacional, garantiu, no entanto, que há avanços da parte do Governo no sentido de se assinar um documento sobre o fim das hostilidades. "A delegação do Governo já tem mandato para

assinar a cessação das hostilidades", disse.

No que respeita à possível presença de observadores internacionais no País, o também major-general na reserva referiu que não podia dizer com exactidão quando é que estes observadores estariam em Moçambique, porque, segundo ele, isso ainda carece dos passos que estão sendo dados com vista ao fim da tensão político-militar no País.

No encontro de um dia, foram discutidos assuntos como a intervenção dos Estados na Resolução de conflitos étnico-religiosos, o papel do Estado no combate ao terrorismo e na prevenção de conflitos.

Na sessão de abertura, Teófilo João disse que as matérias em discussão revestem-se de grande importância e são de actualidade, dado que concorrem para a provisão de subsídios para a tomada de decisões acertadas.

O governante fez uma resenha actual da situação político-militar no País, de política externa de Moçambique, segurança pública e do quadro

económico nacional.

No que diz respeito à situação político-militar, disse que agora prevalece um clima de calma e estabilidade no país, que, segundo acrescentou, é sustentado pela capacidade demonstrada pelas Forças Armadas de Defesa e Segurança em responder com acção, eficiência e eficácia aos inúmeros desafios com que as missões legalmente atribuídas se impõem.

No que tange à política externa, Teófilo João garantiu que o País continua empenhado na promoção das relações amistosas com todos os países.

Sobre a situação de segurança pública, outra matéria analisada, Teófilo João reiterou que há um clima de calma e tranquilidade públicas, não obstante reconhecer a existência de algumas acções de criminalidade, com um certo grau de violência, tais como raptos e assaltos à mão armada contra cidadãos, estabelecimentos comerciais e residências, que se verificam nos grandes centros urbanos.

BACIA DO ROVUMA

Reservas de gás acendem 170 triliões de pés cúbicos

PEMBA – A ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, disse que os resultados das actividades de pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma no distrito de Palma, iniciadas em 2008 no norte de Cabo Delgado, indicam que de 2010 a esta parte foi confirmada a existência de 170 triliões de pés cúbicos de gás, o que coloca Moçambique entre os 10 países com maiores reservas mundiais daquele recurso energético.

A titular da pasta dos Recursos Minerais fez estas revelações na passada quinta-feira durante a abertura dos trabalhos do XXIV Conselho Coordenador do seu ministério. Segundo Bias, Os trabalhos de pesquisa ainda prosseguem na mesma altura em que estão para breve a concretização de projectos de liquefacção de gás, enquanto outras formas de utilização daquele recurso continuam em estudo, como a geração de energia eléctrica, a produção de combustíveis líquidos, sintético, de fertilizantes entre outros.

O encontro de dois dias e que terminou ontem na capital provincial de Cabo Delgado serviu para fazer o balanço das actividades daquele sector nos últimos 5 anos. De acordo com a ministra, no período em análise, para além de gás, testemunharam o início da produção de carvão de Moatize, Benga e Changara, todos na província de Tete, em 2011 e 2012, respectivamente, ten-

do sido produzidos até à data, um total de 2.542 mil toneladas.

Em 2013 ainda de acordo com a ministra, o sector registou a expansão da capacidade de produção de areias pesadas de Moma, passando de 800.000 toneladas por ano de ilmenite, para 1.200.000 toneladas/ano. No mesmo período, segundo aquela governante, iniciou também a produção do mesmo tipo de recurso, desta feita no distrito de Angoché, bem como a conversão da mina subterrânea de Chipanga XI, em mina de céu aberto.

Enquanto isso, a ministra mostrou-se preocupada com os baixos preços do carvão praticados no mercado internacional, "para o desenvolvimento da produção de carvão em Moçambique apresenta-se actualmente como principais desafios a baixa de preços no mercado internacional que se tem verificado nos últimos anos e o aumento da capacidade de transporte por via-férrea para efeitos de exploração".

Bias referiu-se também a procura de gemas, ouro, metais básicos de construção de origem mineral, dizendo que o seu sector continua a dinamizar as actividades de prospecção e pesquisa. afirmou que durante o período em referência testemunharam o início da produção em pequena escala de magnetite em Lalaua em Nampula, minério de ferro produzido pela primeira vez no

país, utilizada como matéria-prima na indústria siderúrgica.

"Assistimos igualmente ao início da produção de rubis em Namanhumbir, no distrito de Montepuez. Em Chitongue, no Distrito de Chiúta na província de Tete, prosseguem trabalhos de prospecção e pesquisa de metais básicos, tendo sido estimadas reservas de titano-magnetite na ordem de 482,4 milhões de toneladas; em Honde, no Distrito de Bárue em Manica decorrem trabalhos de prospecção e pesquisa de ferro; foi emitida uma concessão mineira para a exploração de grafites em Balama, em Cabo Delgado" – revelou a ministra.

Entretanto, o sector dos Recursos Minerais continua preocupado com a actividade mineira ilegal e ao tráfico de produtos minerais. Para fazer face a este fenómeno, Esperança Bias fez saber que o seu pelouro está a intensificar acções inspeccionativas e fiscalização a nível nacional com maior incidência para as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica, Tete e Maputo.

Na área geológica, de acordo com a nossa fonte, no período em análise foram produzidas 4 cartas de ocorrências minerais dos distritos de Magude, Massingir, Mabalane e Chókwe nas províncias de Gaza e Maputo, respectivamente. As cartas, segundo Bias, mostram a distribuição de recursos minerais úteis para construção como calcário, argilas, areias, arenitos e outros.

O encontro de dois dias, que juntou na mesma sala quadros daquele sector afectos no ministério, direcções provinciais, parceiros de cooperação entre outros convidados, terminou ontem. O XXIX conselho coordenador do MIREM decorreu sob o lema "Recursos minerais contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de Moçambique".



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

JAP'14 Prémio Nacional de Jornalismo em Administração Pública

"Pela Boa Governação e Acesso à Informação"

CATEGORIAS

- Prémio JAP Imprensa
- Prémio JAP Rádio
- Prémio JAP Televisão
- Grande Prémio JAP
- Menção Honrosa

TEMAS ELEGÍVEIS

- Inovação e boas práticas;
- Profissionalização da Função Pública;
- Melhoria da prestação de serviço, descentralização e desconcentração;
- Boa Governação e Combate à Corrupção.



Submeta de 1 a 31 de Outubro 2014, trabalhos jornalísticos originais sobre a matéria, publicados nos órgãos de comunicação social registados no País nas categorias: Rádio, Televisão e Imprensa escrita.

Parceiros:



AR aprova Projecto de Lei do Direito à Informação

Kamalonda Chissale

MAPUTO - A Assembleia da República aprovou, na passada semana, na Generalidade e por Unanimidade, o Projecto de Lei do Direito à Informação que regula o exercício deste direito, materializando o princípio constitucional da permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública e da garantia de outros direitos fundamentais conexos.

Este Projecto de Lei aplica-se aos órgãos e instituições do Estado, da administração directa ou indirecta, representação no estrangeiro, às autarquias locais, bem como às entidades privadas que, ao abrigo da Lei ou de contrato. Aplica-se, igualmente, a entidades que realizem actividades de interesse geral ou na sua actividade beneficiem de recursos públicos de qualquer proveniência e tenham em seu poder informação de interesse público. Segundo o número 1 do artigo 4 deste Projecto de Lei, o exercício do direito à informação deve respeitar a ordem constitucional, salvaguardando a unidade nacional e a harmonia social. O número 2 deste artigo, explica que "o exercício do direito à informação rege-se, entre outros, pelos princípios seguintes: a) respeito á dignidade da pessoa humana; b) máxima divulgação da informação; c) interesse e domínio público; d) transparência da actividade das entidades públicas e privadas abrangidas pela presente Lei; e) permanente prestação de contas aos cidadãos; f) Administração Pública aberta; g) proibição de excepções ilimitadas; h) promoção do exercício da cidadania; i) permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública; e j) simplicidade e celeridade dos procedimentos,

legais e regulamentares".

O artigo 13 deste Projecto de Lei (Direito à Informação) explica que o exercício do direito à informação compreende as faculdades de solicitar, procurar, consultar, receber e divulgar a informação de interesse público na posse das entidades definidas no artigo 3 da presente Lei e o artigo 14 (Legitimidade) sublinha que "1. Todo o cidadão tem direito de requerer informação de interesse público. 2. Podem, igualmente, exercer o direito referido no número anterior as pessoas colectivas e órgãos de comunicação social"

Já o artigo 5 (Respeito pela dignidade da pessoa humana) afirma que o exercício do direito à informação obedece aos limites constitucionais impostos pela necessidade de salvaguardar outros direitos e interesses protegidos pela Constituição, nomeadamente, o direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da imagem pública e a reserva da vida privada dos cidadãos.

O direito de acesso à informação concretiza-se, entre outros mecanismos, através da disponibilização oral, por escrito ou por meios gestuais; reprodução de documentos; declaração autenticada passada pelos serviços; consulta gratuita nos respectivos serviços; e

passagem de certidões é o que está plasmado no artigo 18 deste Projecto de Lei.

O artigo 20 (Restrições e limites) deste Projecto de Lei entende que "1. O direito à informação pode ser restringido, condicionado ou limitado quando a informação solicitada tenha sido classificada como segredo de Estado, secreta, restrita e confidencial. 2. Sem prejuízos de outras restrições expressamente estabelecidas em legislação específica, as restrições referidas no número anterior aplicam-se nos seguintes casos: a) segredo de Estado; b) segredo de justiça; c) informação em poder da Administração Pública, recebida sob reserva de confidencialidade no âmbito das relações com outros Estados ou Organizações Internacionais; d) sigilo profissional; e) sigilo bancário, salvo os casos em que legislação específica permite o acesso; f) dados pessoais constantes de ficheiros electrónicos em poder de autoridades públicas ou privadas; g) no âmbito das medidas especiais de protecção de vítimas, denunciantes e testemunhas; h) informação referente à vida e intimidade privada dos cidadãos; i) segredo comercial e industrial; j) segredo relativo à propriedade literária, artística e científica; k) informação relativa a um processo-crime, disciplinar ou de outra natureza, quando a sua divulgação possa prejudicar a investigação em curso e outros princípios constitucionalmente consagrados; l) projectos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos ou relatórios finais de projectos de pesquisa cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

EXPORTADAS ILEGALMENTE

Blindados das Nações Unidas reverterem a favor do Estado moçambicano

MAPUTO - Os 16 blindados militares das Nações Unidas que estavam a ser exportados ilegalmente por uma empresa sul-africana a partir do Porto de Maputo para uma missão de paz no Mali reverteram na sua totalidade a favor do Estado, segundo decisão tomada pelo Tribunal Aduaneiro de Maputo.

Através de um comunicado de imprensa chegado à nossa Redacção, a Autoridade Tributária refere igualmente que a empresa OTT-Techonologies Moçambique Lda. e os co-arguidos expressamente citados nos autos, coube ainda responsabilidade material solidária que inclui o pagamento, a favor do Estado, de direitos e demais imposições aduaneiras, totalizando 46.230.528,00 Meticais, o equivalente a mais de um milhão e meio de

dólares americanos.

Segundo a Autoridade Tributária, com esta decisão, foram concluídas as diligências formais impostas pelo ordenamento tributário e penal em vigor. Depois de despoletado o caso, o processo fiscal fora encaminhado ao Ministério Público, no dia 16 de Abril, para efeitos de instrução preparatória e demais diligências requeridas por lei.

"Todos os autos foram oportunamente registados no Tribunal Aduaneiro de Maputo, sob referência 29/14, para efeitos processuais competentes. Face às infracções e irregularidades constantes, no pretérito dia 1 de Agosto, o Tribunal exarou um despacho de indicação, confirmando a acusação movida pelo Ministério Público, e cominando as me-

didias penais previstas na legislação em vigor aplicável. As medidas penais referidas incluem a reversão da totalidade dos veículos blindados a favor do Estado moçambicano" - indica o comunicado da Autoridade Tributária.

Refira-se que os 16 blindados fazem parte de um lote de 100 veículos militares que a OTT produziu na África do Sul para as Nações Unidas destinados à missão de paz no Mali. A encomenda foi financiada pelo Governo norte-americano. Porque a empresa não observou os procedimentos aduaneiros previstos na legislação vigente, os mesmos foram apreendidos poucas horas depois de se fazerem à estrada, numa altura que eram levados ao Porto de Maputo para embarque.

PARA ESTE ANO

Receita abandona meta de crescimento de arrecadação

- De acordo com secretário, resultado melhorará no segundo semestre, principalmente por causa da entrada de 18 bilhões de reais do Refis da Crise.

A queda real (descontada a inflação) de 1,6% na entrada de recursos no caixa do governo em julho levou a Receita Federal a abandonar a meta de crescimento da arrecadação neste ano. Segundo o secretário adjunto do órgão, Luiz Fernando Teixeira Nunes, o Fisco está revisando a meta de crescimento real de 2% na arrecadação em 2014.

Com o resultado de Julho, a arrecadação federal acumula crescimento de apenas 0,01% acima da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com o secretário, a arrecadação melhorará no segundo semestre, principalmente por causa da entrada de 18 bilhões de reais do Refis da Crise, programa de parcelamento de dívidas de contribuintes com a União. Mesmo assim, o desempenho será insuficiente para que a estimativa original seja alcançada.

"Seria prematuro anunciarmos agora o quanto seria esse ajuste [na previsão de arrecadação]. O que vemos é que a arrecadação de Julho não correspondeu de facto ao que se esperava. O desempenho veio abaixo do esperado e certamente compromete o percentual anual [de crescimento]", explicou Nunes. De acordo com o secretário adjunto, a nova estimativa só será apresentada no fim de setembro, quando o Ministério do Planea-

mento, Orçamento e Gestão divulgar a nova versão do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, documento com estimativas sobre a economia e a execução do Orçamento. Nunes informou que a Receita levará em conta, além do Refis da Crise, a evolução dos indicadores económicos no segundo semestre. "Os números estão sendo revistos e serão revelados no decreto de execução orçamentária. À medida que os meses se sucederem, e os resultados reais forem se concretizando, ajustaremos a estimativa de arrecadação", declarou Nunes.

Em julho, a arrecadação foi impactada pelo menor número de dias úteis da Copa do Mundo em Junho. Isso ocorreu porque os fatos geradores, como a queda da produção industrial e do consumo, só se reflectiram no pagamento dos tributos a partir do mês seguinte. O secretário adjunto, no entanto, apontou outros factores para a queda, como o baixo cresci-

mento económico no primeiro semestre e as desonerações federais.

O aumento das compensações tributárias também ajudou a reduzir a arrecadação em julho. Segundo Nunes, um pequeno grupo de grandes empresas (cujo sector não foi informado) pediu a compensação de cerca de 1,5 bilhão de reais a mais do Imposto de Renda em Julho deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado. Os pedidos vieram tanto de empresas cujos lucros no primeiro semestre oram menores que o estimado como de companhias que usaram prejuízos do ano passado para abater o pagamento de tributos neste ano.

Em relação à arrecadação de Agosto, cujo resultado só será divulgado no fim de Setembro, o secretário adjunto disse que o desempenho continuará a ser impactado pela segunda fase da Copa do Mundo, em Julho. Ele, no entanto, destacou que o número será melhor por causa do recolhimento de 13 bilhões a 14 bilhões de reais da parcela de adesão ao Refis da Crise. "Em Agosto, a arrecadação também será impactada pelo período da Copa. Mas é claro que devemos observar outras variáveis, como o Refis da Crise", destacou. Os quatro bilhões a cinco bilhões de reais restantes do Refis da Crise, informou o secretário, serão pagos até Dezembro.

Ibovespa busca os 60 mil pontos pautado pelas eleições

- Mercado aguarda a nova pesquisa do Ibope para confirmar a força de Marina na disputa. PIB do Brasil dos EUA são destaques da agenda.

A reviravolta no cenário eleitoral com a entrada de Marina Silva na corrida ao Planalto agradou o mercado e elevou os ganhos do Ibovespa, que cravou uma sequência de seis altas consecutivas, alcançou o melhor patamar em um ano e meio, e garantiu ganhos de 2,53% na semana.

No ano, o índice sobe 13,40%. De acordo com analistas, a expectativa pelo segundo turno quase certo, conforme mostrou o Datafolha, agrada os investidores, pois reduz o favoritismo da Presidenta Dilma Rousseff, o que corrobora com a expectativa dos agentes por uma mudança na política económica e também na gestão das estatais.

De acordo com o analista da Clear Corretora Raphael Figueiredo, o mercado entende que as directrizes da política económica de Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) são bem parecidas, então "tanto faz" quem for ao

segundo turno com Dilma. Marina defende a independência do Banco Central e já se comprometeu a manter o tripé económico (metas de inflação, câmbio flutuante e compromisso fiscal). "As eleições vão continuar a ser, até Outubro, o principal indicador a sensibilizar o mercado. Essa semana será bastante movimentada, com a entrevista da Marina no Jornal Nacional e a divulgação de pesquisas", disse Figueiredo.

Na sexta-feira, após as seis altas seguidas, o Ibovespa passou por um movimento natural de realização de lucros e caiu 0,99%, aos 58.407 pontos. Para Figueiredo, as quedas podem persistir nos primeiros pregões da semana. "O índice pode cair até os 57 mil pontos sem perder a tendência de alta, o que abre oportunidades de compra", apontou o analista para quem o próximo objectivo a ser buscado pelo Ibovespa será os 60 mil pontos e, depois,

a faixa dos 63 mil pontos.

O instituto de pesquisas Ibope vai divulgar, a partir de terça-feira, o primeiro levantamento após a confirmação oficial da candidatura de Marina. "A pesquisa do Datafolha foi realizada logo depois da morte de Campos e, por isso, tinha um forte componente emocional. Esse levantamento do Ibope já capta a percepção do horário eleitoral, ou seja, vai haver uma avaliação racional dos candidatos, e pode mostrar até uma polarização entre Dilma e Marina na disputa", disse o economista-chefe da SulAmerica Investimentos, Newton Rosa, para quem a agenda de indicadores económicos fica em segundo plano.

Ainda assim, Rosa destaca a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, referente ao segundo trimestre, na sexta-feira. "Será um dado bastante esperado e deve confirmar a fraca actividade da economia", disse o economista, que projecta retração de 0,35% do PIB, na comparação trimestral.

Viagem no tempo virtual pode ajudar a superar traumas

- Se na vida real não é possível voltar no tempo, uma pesquisa que possibilitava essa viagem num ambiente de realidade virtual descobriu que a experiência pode até ajudar a superar traumas.

Divulgado na publicação científica *Fronteiras da Psicologia*, o estudo avaliou 32 participantes que presenciaram, em realidade virtual, um homem abrir fogo dentro de uma galeria de arte e matar cinco pessoas. No teste, o participante aprendia a controlar um elevador, e sem saber, deixava o assassino subir ao piso superior, onde estavam as vítimas.



Metade dos participantes voltava no tempo para reviver os acontecimentos, mas na segunda vez se deparavam com um dilema moral: não fazer nada e ver cinco pessoas morrerem ou intervir e salvá-las, condenando apenas uma pessoa à morte.

Como era esperado, a maioria das cobaias resolveu intervir e não deixar o assassino subir. **Impacto**

No mundo virtual, as pessoas podiam se deslocar e conversar livremente, de forma semelhante à vida real.

O mais interessante, segundo os pesquisadores, foi o impacto emocional que a experiência virtual teve sobre os participantes.

A maioria teve menos sentimentos de culpa e remorso após “voltar no tempo” e salvar mais vidas.

“Quanto mais eles sentiam a ilusão, maior o senso de sua própria moral”, explicou o co-autor Mel Slater da Icrea (Instituto Catalão de Pesquisa) e da University College London.

“Na realidade virtual, o sistema mais superficial de percepção do cérebro não distingue entre o mundo virtual e o real. E o cérebro considera verdadeiro o que vê e ouve no ambiente.”

Por isso, a equipa afirma que viagens virtuais no tempo podem ajudar a superar transtornos

de estresse pós-traumático ou mesmo reavaliar decisões ruins que tenham sido tomadas anteriormente.

Segundo as leis da física, é claro, a viagem no tempo é algo impossível. Mas o principal autor do estudo, Friedman Doron, da Faculdade

Ofer de Comunicações, em Israel, disse que a sua equipa chegou o mais perto possível do torná-la possível.

“A realidade virtual imersiva é muito visceral. As pessoas se escondem atrás da mesa quando levam um tiro. É o mais próximo que podemos chegar a uma viagem no tempo, até que os físicos façam o seu trabalho e inventem uma verdadeira máquina do tempo”, diz.

O físico Robert Nemirow, da Universidade de Tecnologia de Michigan, nos Estados Unidos, afirmou que o trabalho é interessante, embora ache isso estranho, já que “a capacidade de mudar o passado não é algo provável de acontecer”.

“Se alguma versão da ‘terapia de viagem no tempo’ pode ajudar as pessoas a tomar melhores decisões no futuro, e a entender melhor as suas decisões ruins, apoio a ideia”, disse.

Mas Nemirow alerta que essa ilusão de mudar o passado pode ter “repercussões negativas” que não foram examinadas.

Para o pesquisador James Broadway, da Universidade da Califórnia em Santa Barbara, as pessoas há tempos fantasiam em voltar no tempo.

“É comum ouvirmos pessoas dizerem: ‘Se naquela época eu soubesse o que seu hoje’. E, apesar de obviamente ser impossível mudar ações do passado, os resultados desse estudo sugerem que essa técnica poderia ser usada para promover uma maior aceitação dos erros no passado, assim como uma melhor capacidade de tomar decisões no futuro.”



CONTRA PÓLIO

Vacinação dupla pode acelerar a erradicação global da doença

- Uma nova pesquisa aponta que usar dois tipos de vacina contra a pólio pode acelerar a erradicação da doença no mundo.

A vacina oral vem sendo a principal arma para acabar com a pólio, mas testes feitos na Índia mostraram que a imunidade à doença aumenta quando também é usada uma vacina injectável.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que os resultados, publicados na revista Science, são "históricos".

História de sucesso

O pólio se espalha por meio de fezes contaminadas e pode causar paralisia ou até mesmo ser fatal. A luta contra a doença é uma das mais bem-sucedidas histórias da saúde mun-

dial.

Em 1988, havia mais de 350 mil casos de pólio em 125 países. Hoje, a doença é comum em apenas três países - Nigéria, Afeganistão e Paquistão - e os casos no mundo foram reduzidos em 99 por cento.

Duas gotas da vacina oral, que contém amostras do vírus enfraquecido, são a forma mais usada para combater o pólio, porque é um

método barato e cria uma resistência ao vírus no sistema digestivo. Mas sua eficácia pode ser afectada pela interferência de outras infecções.

A saída tem sido fazer uma vacinação múltipla, também com a vacina injectável, que usa uma forma inativa do vírus e cria imunidade na corrente sanguínea.

Maior imunidade

Os testes na Índia mostraram que a vacina injectável confere uma maior imunidade do que múltiplas gotas da vacina oral. No País, crianças chegaram a receber 30 doses da vacina até completarem cinco (5) anos de idade.

No entanto, o maior desafio no combate ao pólio não é a escolha da vacina, mas imunizar crianças em áreas de conflito. Nesses locais, a falta de segurança e o uso da vacinação como arma política representam sérios obstáculos.

Em 2012, o grupo radical Talebã disse que as vacinações em certas áreas do Paquistão estavam proibidas até que os Estados Unidos da América (EUA) parassem de atacar o País.

Mas, nesse contexto, a dupla vacinação pode ser ainda mais importante.

"Se o acesso a essas áreas é restrito, é preciso obter o maior benefício possível quando se consegue estar lá", diz o pesquisador Nicholas Grassly, do Imperial College London.

Essa estratégia já vem sendo usada em partes da Nigéria e logo será aplicada no Paquistão.

"Esse estudo revolucionou nossa compreensão da vacina injectável e como usá-la na erradicação global da doença para que as crianças sejam protegidas dela da melhor forma possível", afirma Bruce Aylward, director-assistente da OMS.



SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz
Maputo - Moçambique





PAÇOS FERREIRA-FC PORTO

Jackson Martínez resolve na Mata Real

Na partida que marcou o reencontro de Paulo Fonseca com a sua antiga equipa, os dragões saem vitoriosos, com o avançado colombiano a ser decisivo. Na segunda parte, os pacienses soltaram-se na partida e estiveram perto do empate.

Com várias alterações no onze, apresentando Ricardo Pereira, Casemiro, Evandro, Tello e Adrián de início, o FC Porto dominou o jogo na primeira parte, com grande percentagem da posse de bola, mas sem assustar o guarda-redes do Paços Ferreira. Ainda durante o

primeiro tempo, dois jogadores saíram por lesão, Tello no FC Porto e Hurtado no Paços Ferreira.

À beira do intervalo, o inevitável Jackson Martínez apareceu ao segundo poste, após um cruzamento do compatriota Quintero, e fez o

único golo da partida, que, recorde-se, não teve Ricardo Quaresma, devido a desavenças com Julen Lopetegui.

Na segunda parte, destaque para a reação dos comandados de Paulo Fonseca, que se mostraram mais atrevidos e tiveram muito perto do empate, por duas vezes. Primeiro Cícero, a cabecear por cima, e depois Hélder Lopes, no seguimento de um canto estudado, fez a bola passar perto da barra da baliza de Fabiano.

Nos minutos finais da partida, os jogadores do Paços Ferreira acusaram o cansaço, conseguindo o FC Porto gerir o ritmo do encontro com uma posse de bola segura e tranquila.

I LIGA - 2.^a JORNADA

Vit. Guimarães derrota Penafiel com brilho de Bernard

Vitória de Guimarães venceu por 3-0 e lidera a I Liga à condição, com o ganês Bernard Mensah, de 19 anos, a ascender ao topo da tabela dos goleadores, após ter bisado.

O Vitória de Guimarães ascendeu, à condição, à liderança isolada da I Liga, após ter vencido o Penafiel, por 3-0, no Estádio D. Afonso Henriques, no jogo inaugural da segunda jornada da competição.

Após ter vencido o Gil Vicente por 3-1, a equipa de Rui Vitória confirmou o bom início de época, com o ganês Bernard Mensah, de 19 anos, em evidência.

Já depois de ter marcado em Barcelos, o jovem proveniente da formação vimaranense voltou a brilhar: aos 32 minutos inaugurou o marcador, de cabeça, e aos 68' ampliou a vantagem e sentenciou o triunfo.

A equipa de Ricardo Chéu não mostrou argumentos para discutir o resultado e aos 89 minutos sofreu a estocada final, com Tomané a confirmar o triunfo do Vit. Guimarães por 3-0.

O Penafiel volta a perder, após ter saído derrotado da receção ao Belenenses, por 3-1. Na próxima ronda o Vitória vai a Belém, enquanto os penafielenses vão receber o Paços de Ferreira.

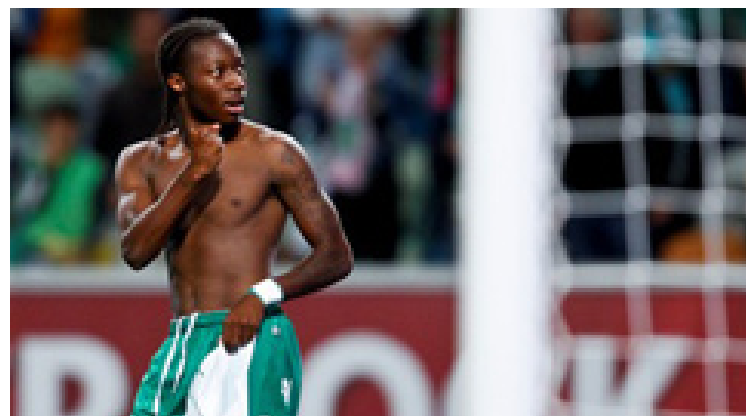
SPORTING-AROUCA, 1-0

Carlos Mané fez Alvalade suspirar de alívio

O extremo do Sporting quebrou a barreira do Arouca ao minuto 90'+3! O guarda-redes Goicoechea foi a grande figura da partida, defendendo até um penálti de Nani.

Grande sofrimento do Sporting! Carlos Mané deu o triunfo aos leões já à beira do final da partida. Um jogo sofrível da parte da equipa de Marco Silva, que desperdiçou um penálti através de Nani, que regressou de forma discreta a Alvalade. O Arouca teve no guarda-redes uruguaio Goicoechea a grande figura da partida, só sendo batido naquele lance perto do final, quando Mané recargou um remate de Tanaka ao poste. Os leões vencem pela primeira vez na Liga.

90'+3:GOLO DO SPORTING: Carlos Mané na recarga a um remate de Tanaka ao poste. Alvalade suspira de alívio!



RÚSSIA

Zenit continua só com vitórias no campeonato

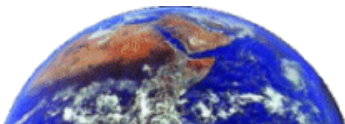


Equipa de André Villas-Boas recebeu e venceu o Amkar, por 2-0, e leva cinco vitórias no mesmo número de jornadas. Shatov e Hulk decidiram a partida ainda a meio da primeira parte.

Com Luís Neto e Garay no centro da defesa, Witsel e Javi Garcia no meio-campo, e Danny e Hulk nas alas, o Zenit resolveu cedo a partida frente ao Amkar e continua na liderança do campeonato russo.

Shatov, aos 13', assistido por Hulk, que viria a marcar o segundo, aos 22', a passe de Danny, apontaram os golos da partida.

O Zenit tem 15 pontos, mais três que o segundo classificado, o Spartak Moscovo, e continua com excelentes registos, levando já 17 golos apontados e apenas 2 sofridos.



ONU alerta para possível massacre numa cidade iraquiana

- A ONU alertou a comunidade internacional sobre a necessidade de impedir um possível massacre na cidade de Amerli, no norte do Iraque.

O representante especial Nickolay Mladenov afirmou estar “seriamente alarmado” por relatórios sobre as condições actuais dos moradores da cidade. Amerli está sitiada por forças do Estado Islâmico há dois meses. Não há electricidade nem água potável e os stocks de comida e remédios estão a acabar. O Estado Islâmico capturou grandes faixas do Iraque e da Síria nos últimos meses.

Desde 8 de Agosto, os Estados Unidos realizaram mais de 90 ataques aéreos em apoio à campanha militar de iraquianos e curdos contra os insurgentes.

Ação imediata

A maioria dos residentes de Amerli são xiitas turcos – que apostam na criação do Estado Islâmico. Os habitantes da cidade disseram ter organizado a sua força de resistência e afirmaram que nenhuma ajuda estrangeira chegou na região.

“A situação do povo em Amerli é desesperadora e demanda acção imediata para prevenir o possível massacre dos seus cidadãos”, disse Mladenov numa declaração.

“Eu conclamo o Governo iraquiano a fazer todo o possível para aliviar o cerco e assegurar que os residentes recebam assistência humanitária ou sejam retirados de maneira digna”.

Gyorgy Busztin, vice-representante da ONU disse à BBC que o organismo não teve contacto com representantes do Estado Islâmico. “Não falamos com terroristas e isso é uma questão de princípios”, disse.

Na sexta-feira, o clérigo mais influente xiita do Iraque, Grande Aiatolá Ali al-Sistani, disse estar preocupado com a situação dos habitantes de Amerli.

Visão do fim dos tempos

Na quinta-feira, o secretário de Defesa dos

Estados Unidos Chuck Hagel descreveu o Estado Islâmico como uma ameaça iminente aos Estados Unidos.

O general Martin Dempsey, presidente dos Chefes de Gabinete Integrados dos Estados Unidos e principal conselheiro militar de Barack Obama afirmou que o Estado Islâmico é “uma organização que tem uma visão estratégica apocalíptica que possivelmente terá que ser derrotada”.

Ele afirmou que as bases dos combatentes do Estado Islâmico na Síria devem ser atacadas.

O Governo iraquiano de domínio xiita está tentando obter o apoio de grupos sunitas em sua luta com os jihadistas do Estado Islâmico. O Primeiro-ministro designado, Haider al-Abadi – um xiita moderado – está a tentar formar um governo mais inclusivo, após as críticas internacionais a Nouri Maliki, que deixou o cargo deixando uma imagem de divisão.

A campanha militar do Estado Islâmico deslocou cerca de 1,2 milhão de pessoas no Iraque – muitos deles das minorias cristã e yazidi.

Refugiados afirmaram que os guerreiros islâmicos exigiram a conversão de cristãos e yazidis ao Islã, ameaçando-os de morte em caso de recusa.

SEGUNDO A ONU

Mortos em conflito na Síria já superam 191 mil

- O conflito de três anos na Síria já deixou mais de 191 mil mortos até Abril, disse na passada sexta-feira a Organizações das Nações Unidas (ONU). É mais do que o dobro do número estimado pela ONU há um ano.

A comissária de Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, qualificou a estimativa de “escandalosa”. Ela acusou o governo e grupos rebeldes sírios de crimes de guerra e criticou o que chamou de “paralisia internacional” na questão. “Tragicamente, este número provavelmente subestima o número verdadeiro de pessoas mortas durante os três primeiros anos desse conflito assassino”, disse Navi Pillay.

A porta-voz da ONU criticou ainda o Conselho de Segurança da organização, afirmando que a falta de acção do órgão permitiu centenas de milhares de mortos em zonas de conflito.

“Os assassinos, destruidores e torturadores na Síria foram fortalecidos pela paralisia internacional”, disse.

A estimativa foi baseada no cruzamento de dados de quatro diferentes grupos de monitoramento e do governo. O maior número de mortes foi registada na Província de Damasco, com 39.393 mortes, e em Aleppo, com 31.932.

A ONU havia interrompido a contagem de mortos em Julho de 2013 alegando que não poderia verificar as suas fontes.

Aniversário de ataque

Grupos opositores enfrentam forças do Presidente Bashar al-Assad desde 2011, mas têm perdido terreno nos últimos meses.

Há um ano, um ataque químico com gás sarin nos subúrbios da capital síria, Damasco, matou centenas e quase desatou ataques aéreos americanos.

O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, acusou Assad de ter cruzado uma “linha vermelha” ao lançar um ataque químico contra a sua população.

Mas um acordo diplomático, apoiado pela ONU, evitou a retaliação, exigindo que Assad entregasse o seu armamento químico.

Desde então, o equilíbrio do conflito tem favorecido Assad. O regime mantém - e recuperou - partes significativas do País.

O correspondente de Defesa da BBC, Jonathan Marcus, disse que o conflito

aguçou o sectarismo na região, levando os combatentes mais extremistas a se reunir em torno do autodenominado Estado Islâmico (EI), que formou um califado em algumas regiões da Síria e do Iraque.

Para Marcus, “o fracasso em conter a desintegração da Síria agora ameaça a integridade do Iraque também”.

Os jihadistas continuam a se expandir e ameaçam grupos considerados pelo Ocidente como “oposição moderada”.

